



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARRAS/PI**

**Processo: 08006701720178180039**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MANOEL PEREIRA DE CARVALHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos.

Ocorre que, em detida análise da documentação, percebe-se, sem maiores esforços, algumas diferenças substanciais entre os documentos, em especial no que diz respeito ao boletim de ocorrência , pois informa a vítima que ao registrar a ocorrência junto a autoridade policial, informou veículo diverso do envolvido no sinistro, vejamos:

DECLARO QUE NO DIA 26/02/2018 FUI VITIMA DE UM ACIDENTE DE TRANSITO QUANDO PILOTAVA A MOTOCICLETA DE MEU FILHO, UMA HONDA POP 100, PELA ESTRADA DA LOCOMOÇÃO BURITIZINHO E AO CHEGAR PROXIMO DA RESIDENCIA DA SRA. ELIANE COLDI EM UM TERÇO DE ARVORE E EM AO CAMO.

DECLARO TER IDO PESSOALMENTE A DELEGACIA FAZER O REGISTRO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA, NA COMPANHIA DE MINHA INTERMEDIARIA, EM RELACAO AO BOLETIM DE OCORRÊNCIA QUANTO AO VEICULO INVOLVIDO DECLARO QUE ESTA ERRADO, POIS O VEICULO EM QUE SOFRI O ACIDENTE NAO FOI O INFORMADO NO B.O. E SIM UMA HONDA POP 100 DE PROPRIEDADE DE MEU FILHO E INFORMEI A OUTRA MOTOCICLETA POR ORIENTACAO DE MINHA INTERMEDIARIA E POR NAO CONHECER AS REGRAS DO SEGURO DPVAT.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência e/ou documento médico apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência e/ou ao Hospital no qual fora realizado o atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas a perícia com o escopo de ser apurado o *quantum* devido em decorrência da lesão suportada

Frisa-se que aludida verificação realizada na seara administrativa é realizada por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável.

Percebe-se na perícia ora impugnada, que os profissionais - perito judicial e assistente técnico - divergiram no que diz respeito à existência de lesão indenizável.

Ocorre que o i. assistente técnico, de forma acertada e devidamente embasada, entendeu que os danos suportados pela parte autora não se apresentaram suficientes a acarretar uma invalidez permanente, de forma contrária ao que tenta fazer crer o perito judicial, devendo tal situação ser devidamente considerada por esse d. Juízo.

Destaca-se que não se apresenta plausível a conclusão do n. perito judicial, mormente, por todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando o surgimento tardio de uma invalidez permanente.

Pelo exposto, a parte ré impugna expressamente o laudo pericial produzido, tendo em vista a divergência apontada.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BARRAS, 14 de outubro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**